

**AVALIAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL
(PNAES) NO CAMPUS DO SERTÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE
ALAGOAS¹.**

**EVALUATION OF THE NATIONAL STUDENT ASSISTANCE PROGRAM
(PNAES) AT THE SERTÃO CAMPUS OF THE FEDERAL UNIVERSITY OF
ALAGOAS.**

**EVALUACIÓN DEL PROGRAMA NACIONAL DE ASISTENCIA AL ESTUDIANTE
(PNAES) EN EL CAMPUS DEL SERTÃO DE LA UNIVERSIDAD FEDERAL DE
ALAGOAS.**

Aluísio Norberto dos Santos²
Professor. Dr. Rodrigo Gameiro Guimarães³

RESUMO

Este artigo teve como objetivo geral avaliar a implementação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes) quanto ao desempenho acadêmico dos(as) estudantes beneficiários(as) de 3 tipos de benefícios disponibilizados, há época da implantação do Campus do Sertão da UFAL, foram eles: o auxílio alimentação, o auxílio moradia e a bolsa Pró-graduando. Tratou-se da análise do perfil de retenção, evasão e conclusão de cursos desses(as) beneficiários(as). Para atingir os objetivos do estudo, a metodologia foi baseada na pesquisa quantitativa e documental. O recorte temporal da pesquisa contemplou os(as) estudantes beneficiários(as) nos anos de 2010 a 2016, pois em 2010 ocorreu a implantação do Campus do Sertão, como já citado e do Decreto Presidencial nº 7.234/2010 que cria o Pnaes. Os dados foram coletados no sistema acadêmico de registro de estudantes da UFAL, denominado há época de Sieweb. Para o tratamento dos dados utilizou-se da estatística descritiva fazendo uso da ferramenta tabela dinâmica do Excel, além de gráficos, tabelas e planilhas. Como resultado da pesquisa, os dados mostraram que os(as) participantes do Pnaes atingiram uma porcentagem de 73,13% de conclusão para os(as) inseridos(as) na BPG; 67,11% de conclusão dos(as) beneficiários(as) do auxílio alimentação e 62,95% dos(as)

¹Este artigo é resultado de uma pesquisa de Metrado do Programa de Mestrado Profissional em Rede Nacional (Profiap) da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEAC) da UFAL 2024.

²Graduado em Pedagogia e Direito pela Universidade do Estado da Bahia (Uneb), Mestre em Administração Pública (Profiap), Técnico em Assuntos Educacionais na Ufal lotado no Campus do Sertão.

³Graduação e Mestrado em Administração na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Doutorado em Administração (Estudos Organizacionais) na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), professor associado da Universidade Federal de Alagoas (Ufal) na área de Estudos Organizacionais e Administração Pública. Atualmente requisitado pelo Ministério da Cultura (MinC).

beneficiários(as) do auxílio moradia, cabe frisar que o(a) estudante podia concorrer a mais de um benefício, mas só podia receber por um tipo, portanto, cada estudante recebeu apenas um benefício. A pesquisa sugere como recomendação prática um protocolo de monitoramento que tem a função de reunir informações para que seja avaliada a eficácia dos benefícios e possíveis reorganizações de decisões por parte dos gestores da UFAL. E esse protocolo seria inserido no sistema acadêmico da UFAL.

Palavras-chave: Assistência Estudantil. Desempenho Acadêmico. Educação Superior. Permanência Estudantil. Pnaes.

ABSTRACT

The general objective of this article was to evaluate the implementation of the National Student Assistance Program (Pnaes) regarding the academic performance of students benefiting from 3 types of benefits made available, at the time of the implementation of the UFAL Sertão Campus, they were: food aid, housing aid and the Pro-graduation scholarship. It was an analysis of the profile of retention, dropout and completion of courses of these beneficiaries. To achieve the objectives of the study, the methodology was based on quantitative and documentary research. The time frame of the research included the beneficiary students in the years 2010 to 2016, since in 2010 the Sertão Campus was implemented, as already mentioned, and Presidential Decree No. 7,234/2010 that creates the Pnaes. The data were collected in the academic system of student registration at UFAL, called Sieweb at the time. For data treatment, descriptive statistics were used, making use of the Excel pivot table tool, in addition to graphs, tables and spreadsheets. As a result of the survey, the data showed that Pnaes participants reached a percentage of 73.13% completion for those included in the BPG; 67.11% of the beneficiaries of the food allowance and 62.95% of the beneficiaries of the housing allowance, it should be noted that the student could apply for more than one benefit, but could only receive one type, therefore, each student received only one benefit. The research suggests as a practical recommendation a monitoring protocol that has the function of gathering information to evaluate the effectiveness of the benefits and possible reorganization of decisions by UFAL managers. And this protocol would be inserted into the academic system of UFAL.

Keywords: Student Assistance. Academic Performance. Higher Education. Student Retention. Pnaes.

RESUMEN

El objetivo general de este artículo fue evaluar la implementación del Programa Nacional de Asistencia al Estudiante (Pnaes) en cuanto al rendimiento académico de los estudiantes beneficiados con 3 tipos de beneficios disponibles, en el momento de la implementación del Campus Sertão UFAL, ellos fueron: ayuda alimentaria, ayuda para la vivienda y la beca Pro-graduación. Se realizó un análisis del perfil de retención, deserción y finalización de cursos de estos beneficiarios. Para lograr los objetivos del estudio, la metodología se basó en la investigación cuantitativa y documental. El marco temporal de la investigación incluyó a los estudiantes beneficiarios en los años 2010 a 2016, ya que en 2010 se implementó el Campus del Sertão, como ya se mencionó, y el Decreto Presidencial n.º 7.234/2010 que crea el Pnaes. Los datos fueron recolectados en el sistema académico de matrícula de estudiantes de la UFAL, llamado Sieweb en la época. Para el tratamiento de los datos se utilizó estadística descriptiva, haciendo uso de la herramienta de tabla dinámica de Excel, además de gráficos, tablas y hojas de cálculo. Como resultado de la encuesta, los datos mostraron que los participantes del Pnaes alcanzaron un porcentaje de finalización del 73,13% para los incluidos en el BPG; El 67,11% de los beneficiarios del subsidio de alimentación y el 62,95% de los beneficiarios del subsidio de vivienda, cabe destacar que el estudiante podía solicitar más de una prestación, pero solo podía recibir un tipo, por lo tanto, cada estudiante recibía solo una prestación. La investigación sugiere como recomendación práctica un protocolo de monitoreo que tenga la función de recopilar información para evaluar la efectividad de los beneficios y la posible reorganización de las decisiones por parte de los gestores de la UFAL. Y este protocolo se insertaría en el sistema académico de la UFAL.

Palabras clave: Asistencia Estudiantil. Rendimiento Académico. Educación Superior. Permanencia Estudiantil. Pnaes.

1. INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988 trouxe importantes avanços para o direito à educação no Brasil, estabelecendo-a como um direito social de todos e um dever do Estado. Entre os princípios fundamentais, estão a igualdade de condições para o acesso e a permanência no ensino, assim como a gratuidade do ensino público. No contexto das universidades, o artigo 207 da Constituição prevê a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, consolidando o papel dessas instituições na promoção de uma educação integral e de qualidade (Brasil, 1988).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) reforçou esses direitos e o Plano Nacional de Educação (PNE) estabeleceu metas para o ensino superior, entre elas a implementação de programas de assistência estudantil. A meta 34 do PNE destaca a importância de apoiar estudantes de menor renda e bom desempenho acadêmico, visando sua permanência e conclusão no ensino superior (Brasil, 2001).

A política de expansão das universidades federais, por meio do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) pelo Decreto 6.096/2007 e da Lei de Cotas (12.711/2012), aumentou significativamente o acesso ao ensino superior público por parte de alunos(as) de camadas sociais historicamente excluídas desse nível de educação. Essa inclusão, entretanto, trouxe novos desafios, como a necessidade de garantir a permanência desses(as) alunos(as) até a conclusão dos cursos (Palavezzini; Alves, 2019).

O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), criado pela Portaria Ministerial nº 39/2007 e regulamentado pelo Decreto nº 7.234/2010, surge como uma resposta a esses desafios. Seus objetivos incluem democratizar as condições de permanência dos jovens no ensino superior, reduzir as taxas de evasão e retenção, e promover a inclusão social por meio da educação (Brasil, 2010).

No contexto da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), o Campus do Sertão, implantado em 2010, faz parte dessa política de expansão. Com uma população estudantil, na sua grande maioria, 95% com baixa renda, (Ufal, 2020) o campus se beneficiou das ações do Pnaes, que disponibilizou há época da sua implantação 3 tipos de benefícios: o auxílio alimentação, o auxílio moradia e a bolsa Pró-graduando (BPG), essa bolsa trata-se de um benefício em pecúnia, no qual o(a) estudante recebe e pode custear parte das suas despesas acadêmicas, todos esses benefícios para alunos(as) em situação de vulnerabilidade socioeconômica, como preconiza o Pnaes.

Este artigo teve como objetivo avaliar a relação do Pnaes com os índices de coeficiente de rendimento estudantil de: retenção, evasão e conclusão de curso dos(as) beneficiários(as) desses auxílios no Campus do Sertão da UFAL. Este estudo

se enquadra no campo teórico das políticas públicas, do qual se fará breve contextualização a seguir.

2. REVISÃO DA LITERATURA

Para a compreensão do objeto de estudo necessita-se de conceitos básicos sobre políticas públicas e seus desdobramentos dentro da sociedade, para tanto, apresenta-se algumas definições encontradas na literatura sobre o tema.

2.1 Políticas Públicas alguns conceitos

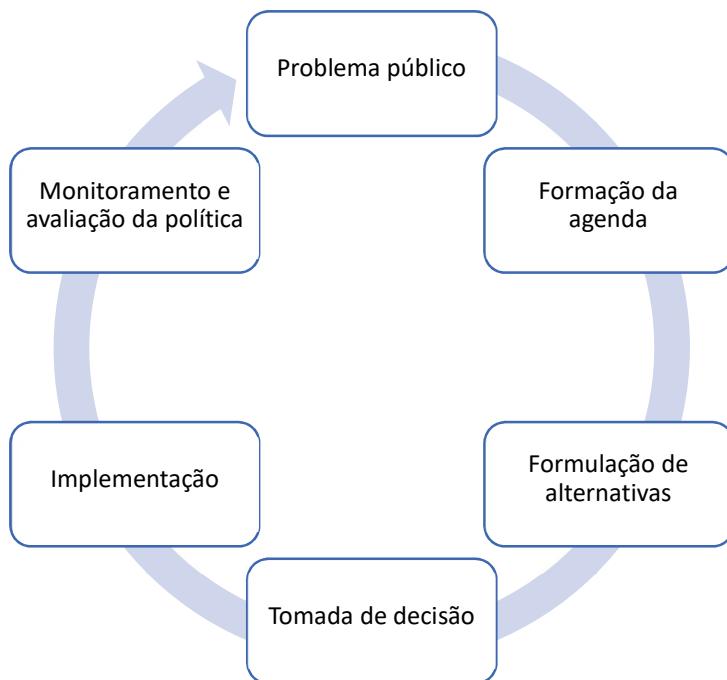
De forma genérica, política pública seria toda ação governamental voltada à população (Rua, 2009). Segundo essa mesma autora, uma política pública é oriunda da atividade política e compreende o conjunto das decisões e ações referentes à alocação imperativa de valores envolvendo bens públicos. Desta forma, esses conjuntos de ações exigem um preparo por parte dos governos que a executam e, sendo assim, toda política pública deve ser efetivada baseada em dados que sejam afetos à determinada população.

Para Souza (2006), "As políticas públicas repercutem na economia e nas sociedades, daí por que qualquer teoria da política pública precisa também explicar as inter-relações entre Estado, política, economia e sociedade" (p.26). Na mesma esteira, pode-se resumir política pública como o governo em ação, em que a formulação de políticas se constitui no estágio no qual governos democráticos, que foram eleitos por ampla maioria de cidadãos, traduzem objetivos em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças (Souza, 2006).

Para entender como se desenvolvem essas políticas públicas, alguns estudiosos criaram uma espécie de ciclo, esse "é um esquema de visualização e interpretação que organiza a vida de uma política pública em fases sequenciais e interdependentes" (Secchi; Coelho; Pires, 2022, p. 55), que seria um modelo hipoteticamente ideal, apesar de não existir esse *policy cycle* idealizado na literatura, ele "ajuda a organizar

as ideias, faz com que a complexidade de uma política seja simplificada[...]” (Secchi; Coelho; Pires, 2022, p.56).

Figura 1: Ciclo de políticas públicas



Fonte: (Secchi, 2022; Jannuzzi, 2016)

Para melhor compreensão desse ciclo, faz-se necessária a descrição da figura 1, (acima) ilustrando o hipotético ciclo de políticas públicas. Partindo de um problema público em seguida forma-se agenda, na fase seguinte tem-se a formulação de alternativas para aquele problema, na sequência vem a tomada de decisão pelos formuladores ou gestores da política, após essa etapa vem a implementação e na sequência a fase de aprimoramento com o monitoramento, e após a avaliação encerrando assim esse suposto ciclo retornando ao problema público.

Dentre as várias fases desse “esquema de visualização e interpretação que organiza uma política pública em fases” (Secchi; Coelho; Pires, 2022, p.55) tem-se a agenda, que segundo Capella (2018), “... está relacionada ao conjunto de temas ou problemas considerados importantes em um determinado momento, como resultado da ação política de atores como burocratas, movimentos sociais, partidos políticos, mídias, entre outros” (p.13). A partir desse momento, a agenda começa a ser

entendida como relevante pelos *policymakers*⁴ e a partir dela começa a elaboração da segunda fase do ciclo, ou seja, a formulação da política, em seguida vem a tomada de decisão pelos gestores das políticas públicas.

A implementação é aquela fase que a política começa a ser efetivada no mundo real, e que dentro do plano esquemático de ciclo, seria a quarta fase, ou seja, é quando a política se concretiza, colocando em prática a encomenda da ação estipulada na fase de formulação. Neste momento, esse processo tenta evidenciar ao máximo o objetivo pretendido e o objetivo alcançado, por conseguinte, é uma dinâmica de interações entre os beneficiários e os implementadores, considerando-se, portanto, um processo complexo que envolve interação entre diversos atores (Frey, 1999; Lotta, 2010; Chrispino, 2016). Logo, o estudo sobre a implementação de políticas públicas, torna-se importante na medida em que a aquela ação vinculada a uma política pública vai sendo implementada, devido a essa interação com o público-alvo que se pretendeu a essa formulação.

Após a implementação da política, começa a fase seguinte que é o monitoramento, que será tratado no próximo item, visto que o item 2.1 foi a parte introdutória da pesquisa, neste item se fará menção a parte principal do estudo, uma vez que se trata de monitoramento e avaliação.

2.2 Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas

As políticas públicas precisam ser monitoradas e avaliadas constantemente para que se tornem mecanismos de melhorias para as populações. Dentro desta perspectiva, “a avaliação e o monitoramento de políticas públicas são etapas fundamentais [...]” (Rua, 2009, p.24) para uma série de medidas que dizem respeito como está se “comportando” a política implementada.

⁴ *Policymakers* – palavra em inglês que designa os formuladores e gestores de políticas públicas que podem ser incluídos no rol de vários atores sociais que podem ser: governamentais e não governamentais (Secchi; Coelho, Pires 2022).

Neste sentido, a partir desse monitoramento com o objetivo de “aperfeiçoar a formulação das políticas, [...]” (Rua, 2009, p.24), essa etapa torna-se imprescindível para um melhor direcionamento da ação proposta.

Para Vaitzman, Rodrigues e Paes-Sousa (2006) “monitoramento consiste no acompanhamento contínuo, cotidiano, por parte de gestores e gerentes, do desenvolvimento dos programas e políticas em relação a seus objetivos e metas” (p.21). O monitoramento é a primeira etapa para se levantar dados que possam ser avaliados e então gerar medidas corretivas, por exemplo. Pode-se, a partir de tais apontamentos ou indicadores fornecidos pelo monitoramento, criar um plano de ação com medidas para a manutenção do que se foi pensado antes da implementação, ou, se existir, a possibilidade de uma eventual revisão de uma determinada política, programa ou mesmo projeto (Vaitzman; Rodrigues; Paes-Sousa,2006).

O monitoramento dessas ações fornece indicadores passíveis de observações por parte dos gestores dessas políticas ou programas. Por conseguinte, esses “indicadores existem para auxiliar no acompanhamento e na análise, devendo servir como ferramenta àquele que se dispõe a realizar esses procedimentos[...]” (Chrispino, 2016, p. 123), ou seja, esses instrumentos serão imprescindíveis para a atuação do gestor público, na medida em que esses dados vão fornecendo subsídios concretos para a tomada de decisões.

São a partir desses indicadores que as políticas públicas vão formando parâmetros para saber se houve mudança no *status quo* dos destinatários da política, após a implementação. Por conseguinte, “os sistemas de indicadores de monitoramento e as pesquisas de avaliação de implementação e de resultados de programas vêm se tornando mais consistentes e presentes no cotidiano dos gestores públicos” (Jannuzzi, 2016, p.42).

Para Secchi; Coelho; Pires (2022), a avaliação é uma fase do ciclo de políticas públicas em que os resultados do processo de implementação e performance da mesma são averiguados para conhecer se houve redução do problema que a originou, ou se permaneceu na mesma situação, ou até mesmo, se o problema piorou. Esse estado em que se encontra a política é fundamental para se ter esse panorama de

como está, de fato, acontecendo a política que foi projetada. No campo prático, o programa está acontecendo como se pensou? Daí a avaliação torna-se imprescindível para qualquer política ou programa. Sendo assim, pode-se afirmar dentro desta lógica que “os instrumentos de monitoramento e avaliação são poderosas ferramentas para orientação, esclarecimentos, convencimento e alinhamento dos múltiplos atores que gerenciam as políticas e programas pelo país” (Jannuzzi, 2016 p. 11).

Costa e Castanhar (2003) afirmam que o processo de avaliação terá sua utilidade se for fundamentado em um planejamento consistente que possa criar relações causais entre atividades e produtos, ou seja, os objetivos da política possam ser verificados com os resultados ou impactos alcançados após um período de execução de uma determinada política.

Para Ala-Harja e Helgason (2001), existe um objetivo na avaliação o qual seria uma visão justificada da implementação de alguma política. Segundo esses autores, a avaliação não substitui a tomada de decisão, mas torna o processo mais consciente. A avaliação, por essas e outras razões, não se constitui em uma atividade fácil (Cohen; Franco, 1998).

São muitos os critérios para uma avaliação, neste cenário das políticas públicas. Porém, para este estudo, os tópicos elencados anteriormente lastreiam teoricamente o objeto de estudo aqui suscitado, visto que se trata de uma avaliação de um programa público que recentemente ganhou o status de política pública, com a sanção da lei nº 14.914/2024 que dispõe sobre a implantação da Política Nacional de Assistência Estudantil (Brasil, 2024). Com a lei do Pnaes o programa que faz parte dessa política ganha maior estabilidade perante os ciclos políticos no Brasil.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo teve como objetivo avaliar o Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes) no Campus do Sertão da UFAL. A pesquisa intitula-se de natureza aplicada, pois segundo Gil(2010) a pesquisa aplicada visa resolver problemas em uma situação específica, ainda apresenta uma abordagem descriptiva e prescritiva.

Segundo Gil (2010), a pesquisa descritiva visa à caracterização de uma determinada população, além de identificar possíveis relações entre variáveis. No caso do Pnaes, foram analisadas algumas variáveis referentes aos(as) beneficiários(as) do auxílio alimentação, auxílio moradia e da bolsa Pró-graduando (BPG), oferecidos pelo Campus do Sertão da Universidade Federal de Alagoas.

Quanto aos procedimentos, a pesquisa se caracteriza como documental, conforme Marconi e Lakatos (2011), que a define como a coleta de dados a partir de documentos escritos ou não. As fontes de dados utilizadas são primárias e secundárias, incluindo documentos oficiais do sistema acadêmico da UFAL, como históricos escolares e informações pessoais dos discentes. A pesquisa também se configura como um estudo de caso, aprofundando-se no conhecimento detalhados sobre o objeto de estudo ora mencionado, com coleta e análise detalhada das informações dos(as) beneficiários(as) do Pnaes, conforme já citada anteriormente.

3.1 Coleta e Descrição dos Dados

Os programas de Assistência Estudantil da UFAL visam atender a estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica com a finalidade de respaldar sua permanência na universidade e incentivar a participação em atividades acadêmicas, de ensino, pesquisa e extensão (Ufal, 2024).

Desta maneira na época da implantação do Campus do Sertão foram disponibilizados as seguintes ações: bolsa Pró-graduando (BPG), auxílio alimentação e auxílio moradia. Para uma melhor compreensão serão definidas essas três ações da Pró-reitoria Estudantil (PROEST) por meio dos recursos do Pnaes.

A bolsa Pró-graduando (BPG), na época da implantação era chamada de bolsa permanência, em 2013, devido a criação da bolsa Permanência do MEC, a bolsa permanência da UFAL passou a ser chamada bolsa Pró-graduando(BPG), consiste em um auxílio financeiro mensal destinado a contribuir com o custeio de despesas gerais provenientes das atividades acadêmicas dos(as) estudantes. Essa bolsa pode ser usada com qualquer despesa do(a) estudante (Ufal, 2024).

O auxílio alimentação consiste em um auxílio mensal destinado a contribuir com o custeio de despesas com alimentação de estudantes que são de unidade educacional que não possui restaurante universitário⁵ e o auxílio moradia que consiste em um auxílio financeiro mensal destinado a contribuir com o custeio de despesas com moradia de estudantes que são procedentes de estados, municípios e povoados distintos da unidade da qual se encontra vinculado (Ufal, 2024).

Para compor os dados da pesquisa utilizou-se do sistema acadêmico da UFAL (Sieweb), que contém informações dos(as) estudantes matriculados(as) entre o primeiro semestre de 2010 e o segundo semestre de 2016. Esses dados incluíram o coeficiente de rendimento, o tempo de integralização curricular, bem como o histórico de desistência ou abandono do curso.

A partir desses levantamentos foram categorizadas as variáveis necessárias para avaliar o desempenho acadêmico dos bolsistas, como a conclusão dos cursos, ou abandono, ou desistência dos cursos. A pesquisa ocorreu entre 2023 e 2024, portanto, era presumível que todos(as) estudantes matriculados(as) no intervalo citado anteriormente (2010.1 a 2016.2) nos cursos de licenciaturas, bem como, nos bacharelados, estivessem concluídos pelo tempo padrão mínimo de integralização, ou seja, 8 semestres para os cursos de licenciaturas e 10 semestres para os cursos de bacharelados.

As variáveis utilizadas para comparar os segmentos das populações de beneficiários(as) do Pnaes incluíram: sexo, etnia, tipo de escola que concluiu o ensino médio, faixas etárias, curso, tempo de integralização e coeficiente de rendimento.

Para essa análise, foram considerados 958 benefícios distribuídos entre auxílio alimentação, auxílio moradia e bolsa BPG. Cabe frisar que segundo dados do Sieweb/UFAL no intervalo entre 2010.1 a 2016.2 foram matriculados(as) no Campus do Sertão da UFAL, 4.485 estudantes, o quantitativo de bolsistas foi equivalente a 21,36% do número total de estudantes matriculados(as). Nesse quantitativo, estão incluídos todos(as) estudantes que receberam algum desses benefícios ao menos em um semestre durante o período de 2010.1 a 2016.2 no Campus do Sertão.

⁵ Na data da implantação do Campus do Sertão o RU não tinha sido construído, vindo, somente, a ser inaugurado efetivamente em 2019 (Ufal, 2019).

3.2 Análise dos Dados

Neste item, serão apresentadas as análises estatísticas realizadas utilizando-se dos segmentos de população pesquisada coletada no banco de dados da Proest/Sieweb, contendo todos(as) estudantes participantes dos 3 benefícios, quais sejam: auxílio alimentação, auxílio moradia e a bolsa pró-graduando (BPG). Conforme descrição já relatada anteriormente. Os benefícios foram ofertados por meio de editais nos quais os(as) estudantes poderiam concorrer, cada estudante concorreu, apenas, a um benefício, ou seja, a bolsa ou os auxílios, não foram cumuláveis, sendo assim, no universo da pesquisa, não houve nenhum estudante que recebeu dois tipos de benefícios (Ufal, 2014).

As análises foram realizadas utilizando o Excel (versão 2407), por meio de tabelas dinâmicas e gráficos, para comparar as variáveis. A ferramenta de segmentação de dados permitiu filtrar e cruzar as informações para melhor visualização e comparação entre os grupos de beneficiários(as). Posteriormente, foi realizada a análise dos índices de desempenho acadêmico, comparando as taxas de retenção, evasão e integralização curricular entre os(as) beneficiários(as) dos diferentes benefícios.

4. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

A partir desses dados coletados no Sieweb, realizou-se a categorização para compor as variáveis que foram confrontadas no estudo, com o propósito de alcançar o objetivo geral.

Foram analisados um total de 958 benefícios distribuídos nos 8 cursos de graduação ofertados no Campus do Sertão, em 3 eixos: educação, gestão e tecnologia. O eixo educação é formado pelos cursos de licenciaturas em: Geografia, História, Letras e Pedagogia, ministrados na sede do Campus do Sertão na cidade de Delmiro Gouveia. Cabe frisar que os cursos de licenciaturas são ministrados nos três turnos:

matutino, vespertino e noturno. Os cursos noturnos são compostos pelas licenciaturas em Geografia e História, enquanto a licenciatura em Pedagogia é ministrada no período matutino, já a licenciatura em Letras é ministrada no período vespertino.

O eixo tecnologia compõe-se pelos cursos de bacharelados em Engenharia Civil e Engenharia de Produção, também ministrados na sede do *Campus*, no período matutino e vespertino, respectivamente, na época da implantação do *campus*, hoje em regime integral (Ufal, 2011, 2018).

O eixo gestão é constituído pelos cursos de bacharelados em Ciências Contábeis e Ciências Econômicas, ministrados nos períodos noturno e vespertino, respectivamente, na época da implantação do *campus*, hoje somente no período noturno (Ufal, 2013, 2017) na Unidade Educacional de Santana do Ipanema na cidade com o mesmo nome.

Os benefícios distribuídos tiveram os seguintes quantitativos de participantes demonstrados no quadro 1 abaixo:

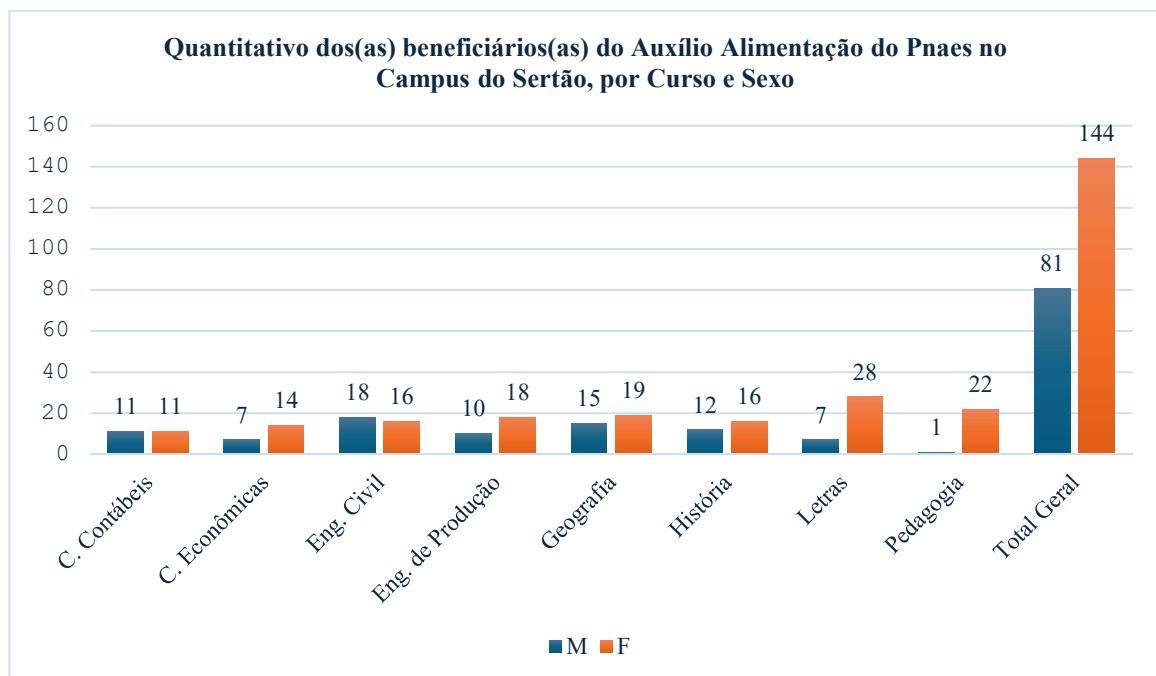
Quadro 1 – Tipos de benefícios

Tipo de benefício	Quantitativo
Auxílio alimentação	225
Auxílio moradia	305
Bolsa Pró-graduando (BPG)	428
Total geral dos 3 Benefícios	958

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do Sistema Acadêmico da UFAL/PROEST (Sieweb, 2024).

Os dados relacionados nos gráficos abaixo fazem a distribuição do quadro 1 dos(as) estudantes que participaram desses programas efetivados pelas ações do Pnaes no Campus do Sertão. Todas essas ações tabuladas, serão demonstradas no Gráfico 1, Gráfico 2 e Gráfico 3.

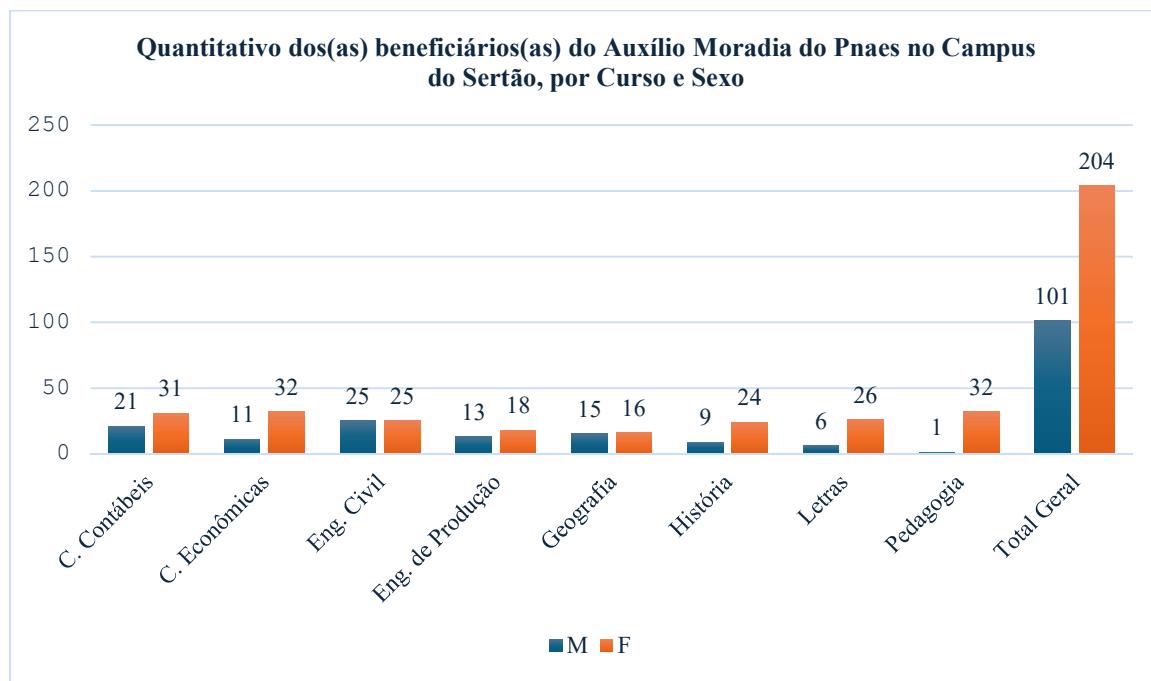
Gráfico 1 – Quantitativo dos(as) beneficiários(as) do auxílio alimentação do Pnaes no Campus do Sertão, por Curso e Sexo



Fonte: Elaborado pelo autor a partir do sistema acadêmico da UFAL (Sieweb, 2024)

O Gráfico 2 tem-se o auxílio moradia distribuídos nos 8 cursos do Campus do Sertão por curso e sexo.

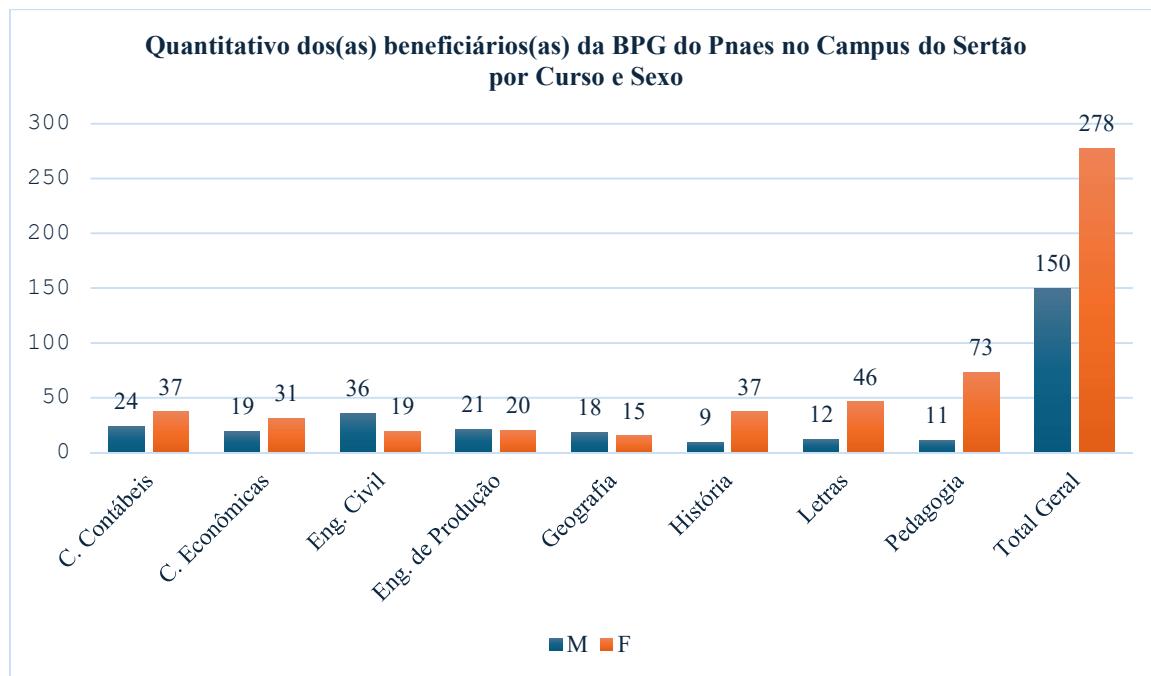
Gráfico 2 - Quantitativo dos(as) beneficiários(as) do auxílio moradia do Pnaes no Campus do Sertão, por Curso e Sexo



Fonte: Elaborado pelo autor a partir do sistema acadêmico da UFAL (Sieweb, 2024)

Para a Bolsa Pró-graduando (BPG) tem-se no Gráfico 3 a distribuição por cursos e sexo de todos(as) estudantes beneficiários(as) do programa.

Gráfico 3 - Quantitativo dos(as) beneficiários(as) da BPG do Pnaes no Campus do Sertão, por Curso e Sexo



Fonte: Elaborado pelo autor a partir do Sistema Acadêmico da UFAL (Sieweb, 2024)

De acordo com os dados mostrados nos gráficos 1, 2, e 3 pode-se constatar uma predominância majoritariamente do sexo feminino na maioria dos cursos, com exceção, apenas nos cursos de Engenharia Civil, para dois benefícios: Auxílio Alimentação e a bolsa BPG e, dentro das licenciaturas, apenas o curso de Geografia no benefício da BPG, onde pode-se perceber uma pequena vantagem entre os números dos beneficiários do sexo masculino.

Abaixo na tabela 1 serão demonstradas as 4 faixas etárias, definidas nesta pesquisa, visto que essa demonstração satisfaz o que se pretende mostrar, ou seja, qual faixa etária predominou entre os(as) participantes dos benefícios oferecidos como ações do Pnaes aos(as) estudantes do Campus do Sertão. A faixa etária nº 01 foi considerada para aqueles(as) estudantes com idade menor que 18 anos, na faixa etária nº 02, estavam estudantes entre 18 e 24 anos, essa faixa etária está em sintonia com a meta 12 do Plano Nacional de Educação que preconiza o aumento de 55% de taxa

de matrícula bruta e um aumento de 33% na taxa líquida de matrícula (Brasil, 2014). Na faixa etária nº 03, entre 25 a 29 anos, os considerados jovens pelo Estatuto da Juventude (Brasil, 2013) e na faixa etária nº 04, estavam aqueles(as) estudantes considerados (as) adultos (as) acima de 29 anos.

Tabela 1 Por tipo de faixa etária e por curso

Curso	Faixa Etária	Auxílio Alimentação	Auxílio Moradia	BPG
Contábeis	F. Etária 1	3	7	11
Contábeis	F. Etária 2	14	39	44
Contábeis	F. Etária 3	4	5	5
Contábeis	F. Etária 4	1	1	1
Econômicas	F. Etária 1	2	6	8
Econômicas	F. Etária 2	18	31	38
Econômicas	F. Etária 3	1	4	4
Econômicas	F. Etária 4	0	2	0
Eng. Civil	F. Etária 1	9	8	8
Eng. Civil	F. Etária 2	19	38	40
Eng. Civil	F. Etária 3	3	4	6
Eng. Civil	F. Etária 4	3	0	1
Eng. de Produção	F. Etária 1	5	3	1
Eng. de Produção	F. Etária 2	20	24	4
Eng. de Produção	F. Etária 3	2	2	33
Eng. de Produção	F. Etária 4	1	2	3
Geografia	F. Etária 1	3	6	0
Geografia	F. Etária 2	22	21	28
Geografia	F. Etária 3	2	4	3
Geografia	F. Etária 4	4	0	2
História	F. Etária 1	0	3	2
História	F. Etária 2	19	22	35
História	F. Etária 3	4	5	5
História	F. Etária 4	5	3	4
Letras	F. Etária 1	8	2	7
Letras	F. Etária 2	21	29	45
Letras	F. Etária 3	3	1	5
Letras	F. Etária 4	3	0	1
Pedagogia	F. Etária 1	2	5	12
Pedagogia	F. Etária 2	13	18	54
Pedagogia	F. Etária 3	2	6	9
Pedagogia	F. Etária 4	6	4	9

Fonte: elaborada pelo autor a partir do sistema acadêmico da UFAL (Sieweb, 2024).

Como se pode perceber foi constatada uma predominância nas duas primeiras faixas etárias, ou seja, na faixa etária nº 01 e na faixa etária nº 02. Isso demonstra que a maioria dos participantes do Pnaes no Campus do Sertão estavam nas faixas etárias em que o PNE (2014) tem como prioridade no ensino superior.

A outra faixa etária que incluem os jovens definidos pelo Estatuto da Juventude (Brasil, 2013) é a nº 03, neste ponto cabe uma ressalva em relação à faixa etária preconizada pelo PNE é diferente da faixa etária do Estatuto da Juventude, por isso, considerou-se jovens aqueles(as) que possuíam idade inferior a 30 anos. Esta apresentou um quantitativo inferior às duas anteriores.

Desta forma outro requisito que o Pnaes definiu no seu texto como sendo um dos objetivos a serem alcançados que é a democratização das condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal, os dados apontam que está dentro do que se espera do Programa, ou seja, que os(as) estudantes que são beneficiários(as) das ações do Pnaes, estejam nestas faixas etárias para os 3 benefícios disponibilizados pelo Campus do Sertão.

A tabela 2 abaixo mostra o tipo de etnia que cada beneficiário(a) do Pnaes no Campus do Sertão pertence, bem como o curso.

Tabela 2 beneficiários(as) por tipo de etnia e por curso

Curso	Tipo de Etnia	Aux. Alim.	Aux. Morad	BPG
C. Contábeis	Amarela	1	1	2
	Branca	3	12	12
	Indígena	0	0	0
	Parda	14	26	22
	Preta	2	2	5
	Não declarada	2	11	10
C. Econômicas	Amarela	0	1	2
	Branca	4	6	6
	Indígena	0	1	0
	Parda	13	21	30
	Preta	3	5	5
	Não declarada	1	9	7
Eng. Civil	Amarela	1	1	1
	Branca	11	16	14
	Indígena	2	0	0
	Parda	17	25	33

	Preta	2	2	2
	Não declarada	1	6	5
Eng. de Produção	Amarela	0	2	0
	Branca	4	8	9
	Indígena	1	0	0
	Parda	18	12	26
	Preta	3	8	3
	Não declarada	2	1	3
Geografia	Amarela	2	0	1
	Branca	5	6	6
	Indígena	1	1	0
	Parda	20	18	17
	Preta	2	1	2
	Não declarada	4	5	7
História	Amarela	0	0	1
	Branca	5	5	9
	Indígena	1	0	2
	Parda	13	23	21
	Preta	4	4	5
	Não declarada	5	1	8
Letras	Amarela	0	1	1
	Branca	4	4	10
	Indígena	0	0	4
	Parda	27	20	31
	Preta	1	2	5
	Não declarada	3	5	7
Pedagogia	Amarela	1	1	0
	Branca	1	7	17
	Indígena	2	1	2
	Parda	14	21	49
	Preta	3	1	9
	Não declarada	2	2	7

Fonte: elaborada pelo autor a partir do sistema acadêmico da UFAL (Sieweb, 2024)

A tabela 2 trouxe um panorama dos(as) beneficiários(as) por curso e por tipo de etnia, pode-se visualizar uma distribuição não normal para os 3 auxílios, como ficou demonstrado por meio da tabela, evidenciando uma linha com números superiores para a etnia parda.

A tabela 3 a seguir demonstrará onde os(as) beneficiários(as) do Pnaes no Campus do Sertão concluíram o ensino médio.

Tabela 3 quantitativo de beneficiários(as) do Pnaes por curso e por tipo de escola que concluíram o ensino médio.

Curso	Tipo de escola que concluiu o ensino médio	Auxílio Alimentação	Auxílio Moradia	Bolsa BPG
Ciências Contábeis	Escola pública	13	35	48
Ciências Contábeis	Escola privada	8	11	13
Ciências Contábeis	Não informada	1	6	1
Ciências Econômicas	Escola pública	17	33	44
Ciências Econômicas	Escola privada	3	3	5
Ciências Econômicas	Não informada	1	7	1
Engenharia Civil	Escola pública	21	30	34
Engenharia Civil	Escola privada	13	13	21
Engenharia Civil	Não informada	0	4	4
Engenharia de Produção	Escola pública	19	20	27
Engenharia de Produção	Escola privada	8	11	13
Engenharia de Produção	Não informada	1	0	1
Geografia	Escola pública	29	24	28
Geografia	Escola privada	4	5	4
Geografia	Não informada	1	2	1
História	Escola pública	22	29	41
História	Escola privada	4	2	5
História	Não informada	2	2	2
Letras	Escola pública	30	28	53
Letras	Escola privada	3	1	3
Letras	Não informada	2	3	2
Pedagogia	Escola pública	23	32	75
Pedagogia	Escola privada	0	1	9
Pedagogia	Não informada	0	0	0

Fonte: elaborada pelo autor a partir do sistema acadêmico da UFAL (Sieweb, 2024)

Na tabela 3 foi mostrado uma descrição da variável tipo de escola onde os(as) participantes dos benefícios concluíram o ensino médio, se em escolas públicas ou privadas, bem como, as não informadas. Essa demonstração foi para cada um dos 3 benefícios do Pnaes ofertados no Campus do Sertão.

A tabela 3, relevou que a grande maioria dos(as) participantes do Pnaes do Campus do Sertão concluiu o ensino médio em escolas públicas. A priori esses números mostram, para os dados desta pesquisa, que há uma tendência em ratificar que o Pnaes vem evidenciando que o objetivo do qual se trata de minimizar os efeitos das

desigualdades sociais e regionais estava dentro do esperado para esse público (Brasil, 2010).

Após as descrições das 3 variáveis mostradas nas tabelas 1, 2, e 3 foram realizados vários cruzamentos e resultaram na tabela 4, que será explicada na sequência.

Tabela 4 – Números totais e percentuais de formaturas/integralizações, evasões, alunos(as) que estudam e trancamentos, por tipo de benefícios

Tipos de benefícios	Números Totais	Percentuais			
		Formaturas/integralizações	evasões	Estud.	Tranc.
Aux. alimentação	225	67,11%	29,33%	2,66%	0,44%
Aux. moradia	305	62,95%	35,73%	1,31%	-
BPG	428	73,13%	26,86%	-	-

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do Sistema Acadêmico da UFAL(Sieweb, 2024)

A partir da análise da tabela acima, percebe-se que os percentuais de formaturas/integralizações superam os percentuais de evasões, assim como os percentuais de estudantes frequentando à universidade, pode-se considerar baixo e quanto aos(as) estudantes que optaram por trancar o curso esse percentual, apresenta-se ainda menor.

Em tese, seria normal, esses percentuais, mas existem casos em que essa realidade não é bem assim, no presente estudo, para o período elencado, do total de 4.485 estudantes que frequentaram a universidade, apenas 1.577 concluíram seu curso, ou seja, 35%. Esse número incluem os beneficiários(as) do Pnaes, por conseguinte, se deixarmos de fora, os(as) beneficiários(as) do Pnaes, esse número cai consideravelmente.

Para o cálculo dos percentuais de retenção, utilizou-se dos períodos excedentes que o(a) estudante precisou para concluir a graduação, além do prazo máximo de integralização de cada curso, conforme relatório da Comissão Especial de Estudo de Evasão do MEC (Brasil, 1997). Desta forma, extraiu-se dos históricos

analíticos dos (as) estudantes esses períodos excedentes daqueles que concluíram os seus cursos. Para o cálculo da porcentagem do número de retenções tem-se na tabela 5 esse recorte.

Na tabela 5, abaixo tem-se o número total de estudantes que concluíram o seu curso na primeira linha e o percentual de retenções na segunda linha da tabela.

Tabela 5 percentuais de retenções para estudantes que concluíram os cursos além do prazo máximo de integralização curricular

Percentuais de retenções para estudantes que concluíram os cursos além do prazo máximo de integralização curricular			
Cursos	Aux. alimentação	Aux. moradia	BPG
Ciências Contábeis			
Formaturas/integralizações	16 Estudantes	34 Estudantes	49 Estudantes
Retenções	31%	32,34%	28,57%
Ciências Econômicas			
Formaturas/integralizações	11 Estudantes	20 Estudantes	36 Estudantes
Retenções	81,81%	50%	36,11%
Engenharia Civil			
Formaturas/integralizações	22 Estudantes	26 Estudantes	37 Estudantes
Retenções	18%	23,07%	7,89%
Engenharia de Produção			
Formaturas/integralizações	11 Estudantes	14 Estudantes	21 Estudantes
Retenções	45%	35,71%	46,57%
Geografia			
Formaturas/integralizações	24 Estudantes	18 Estudantes	23 Estudantes
Retenções	30,4%	55,55%	30,43%
História			
Formaturas/integralizações	16 Estudantes	27 Estudantes	30 Estudantes
Retenções	43,75%	55,55%	46,66%
Letras			
Formaturas/integralizações	31 Estudantes	28 Estudantes	43 Estudantes
Retenções	43,75%	53,57%	44,18%
Pedagogia			
Formaturas/integralizações	20 Estudantes	25 Estudantes	73 Estudantes
Retenções	30%	36%	46,57%

Fonte: elaborado pelo autor a partir do Sistema Acadêmico da UFAL (Sieweb, 2024)

Os dados da tabela 5 demonstram que o percentual de retenções não ficou estável, ou seja, apresentava variações entre os cursos. Isso se explica pelo fato de que os cursos de exatas apresentam perfis de retenções diferentes em relação aos cursos de humanas. Conclui-se, a partir desses números, que os cursos de licenciaturas foram os que apresentaram o maior percentual de retenções, enquanto os cursos do eixo tecnologia foram aqueles com o menor percentual de retenções para os dois

cursos (Eng. Civil e Eng. de Produção). Esse fato se apresenta como limites da pesquisa e aponta-se pela necessidade de novos estudos para se aprofundar neste cenário de retenção.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A avaliação de políticas públicas no Brasil, especialmente no contexto das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), é de extrema importância devido à escassez de recursos públicos. O Pnaes, que recentemente se tornou Política Nacional de Assistência Estudantil (Brasil, 2024), visa garantir a permanência de jovens no ensino superior público, combater a evasão, minimizar as desigualdades sociais e regionais e promover a inclusão social pela educação.

O Pnaes tem um papel crucial nesse cenário, principalmente para os estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica e que historicamente foram excluídos do ambiente universitário (Carneiro, 2015; Ganam e Pinezi, 2021). O Campus do Sertão da Universidade Federal de Alagoas, como parte do processo de interiorização das IFES, implementa o Pnaes desde sua criação, buscando garantir o acesso e permanência desses estudantes.

A pesquisa objetivou avaliar a relação entre os benefícios do Pnaes — auxílio alimentação, auxílio moradia e a BPG — e o desempenho acadêmico dos(as) estudantes do Campus do Sertão. Os resultados mostram as taxas de conclusão variando de 62,95% a 73,13%, e taxas de evasão entre 26,86% e 35,73%, dos beneficiários(as) do Pnaes no Campus do Sertão, conforme tabela 4, esses números apontam para a possibilidade de que esses benefícios estejam cumprindo os seus objetivos de manter esse público, que em geral, iria para o mercado de trabalho devido à vulnerabilidade socioeconômica de suas famílias, podendo não apenas acender, mas se manter no ensino superior.

No entanto, a retenção se mostrou um desafio, com taxas elevadas para os(as) beneficiários(as), como ficou demonstrado na tabela 4. A pesquisa também identificou algumas limitações, como a impossibilidade de obter dados de todos os estudantes do

Campus do Sertão e a ausência de uma abordagem qualitativa para entender as percepções dos(as) beneficiários(as).

Para melhorar o acompanhamento dos(as) beneficiários(as) do Pnaes, o estudo propõe o desenvolvimento de um protocolo de monitoramento para o sistema acadêmico da UFAL. Esse protocolo permitirá um monitoramento mais eficiente dos índices de desempenho acadêmico, auxiliando as comissões pedagógicas a identificarem precocemente estudantes em risco de evasão ou retenção, e tomar medidas preventivas para garantir sua permanência e sucesso acadêmico.

As limitações deste estudo incluem a impossibilidade de acesso a dados de todos os estudantes do Campus do Sertão, restringindo a análise apenas aos(as) beneficiários(as) do Pnaes. Esses dados ajudariam a comparar realmente a diferença entre os que receberam e os que não receberam os benefícios, portanto, essa limitação impede a generalização dos resultados para toda a comunidade estudantil do *campus* e outras Ifes. Além disso, o caráter quantitativo da pesquisa não permitiu a compreensão das percepções dos(as) alunos(as) sobre as dificuldades enfrentadas, como as razões para a evasão ou a retenção, apesar do apoio recebido. Uma abordagem qualitativa, como entrevistas ou questionários, poderia fornecer evidências contundentes e complementares, inspirando futuras investigações sobre a temática.

Apesar dessas limitações, o estudo é de grande importância para a UFAL, especialmente no Campus do Sertão. Ele destaca a importância do Pnaes em contribuir com a permanência de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, cooperando para a redução da evasão. Como destaca Feitosa, 2020, a prevenção é a melhor alternativa para impactar positivamente nos números de evasões.

Ao identificar também as altas taxas de retenção e os desafios enfrentados pelos beneficiários(as), o estudo traz à luz questões que precisam de maior atenção institucional. Além disso, a proposta de uma ferramenta tecnológica para monitorar o desempenho acadêmico dos (as) alunos (as) oferece à UFAL uma estratégia inovadora para colaborar preventivamente na redução de retenções e evasões. Isso fortalece o compromisso da universidade em promover a inclusão e o sucesso acadêmico, contribuindo para uma política de assistência estudantil mais eficaz e integrada.

REFERÊNCIAS

ALA-HARJA, M.; HELGASON, S. Em direção às melhores práticas de avaliação. Revista do Serviço Público, [S.I.], v. 51, n. 4, p. 5-50. DOI:10.21874/rsp.v51i4.334. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/334>. Acesso em: 15 jun. 2023.

BRASIL, Constituição (1988) Constituição da República Federativa do Brasil. In: Vade Mecum. 23 ed. Atualizada e ampliada. São Paulo: Saraiva, 2017.

BRASIL. Lei de nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001, aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Disponível em: [Documento1 \(mec.gov.br\)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d10172.htm) Acesso em: 28 jul. 2024.

BRASIL. Lei de nº 14.914, de 03 de julho de 2024, Institui a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Disponível em: [L14914 \(planalto.gov.br\)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2024/decreto/d14914.htm) Acesso em: 28 jul. 2024.

BRASIL. Lei de nº 14.723, de 13 de novembro de 2023, Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre o programa especial para o acesso às instituições federais de educação superior e de ensino técnico de nível médio de estudantes pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio ou fundamental em escola pública. Disponível em: [L14723 \(planalto.gov.br\)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2023/decreto/d14723.htm) Acesso em: 28 jul. 2024

BRASIL. Decreto Lei nº 6.096, de 24 de abril de 2007, que instituiu o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 24 abr. 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm . Acesso em: 29 jul. 2022.

BRASIL. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, que institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 19 jul. 2010. Disponível https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm . Acesso em 29 jul. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. A democratização e expansão da educação superior no país 2003- 2014. Brasília: MEC, 2014. Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16762-balanco-social-sesu-2003-2014&Itemid=30192

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Superior – SESu. Diplomação, retenção e evasão nos cursos de graduação em Instituições de Ensino Superior Públicas: relatório da Comissão Especial de Estudos sobre Evasão nas Universidades Públicas Brasileiras. Brasília, DF: MEC, 1997. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/225423/000224712.pdf?sequence=1>

BRASIL, Plano Nacional de Educação, 2014 disponível em: [PNE - Plano Nacional de Educação - Plano Nacional de Educação - Lei nº 13.005/2014 \(mec.gov.br\)](https://pne.mec.gov.br/) acesso em 23 julho 2024.

CAPELLA, Ana Cláudia Niedhardt. Formulação de políticas públicas. Brasília: Enap, 2018. disponível em: <http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/3332> Acesso em 08 out. 2023.

CARNEIRO, Moaci Alves. LDB fácil: leitura crítico-compreensiva, artigo a artigo. 23. ed. revista e ampliada. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

CHRISPINO, Álvaro. Introdução ao estudo das políticas públicas: uma visão interdisciplinar e contextualizada. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.

COHEN, Ernesto; FRANCO, Rolando. Avaliação de Projetos Sociais. Petropólis: Vozes, 1998.

COSTA, F. L. da; CASTANHAR, J. C. Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, RJ, v. 37, n. 5, p. 969 a 992, 2003. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6509>. Acesso em: 15 fev. 2023.

FREY, Klaus. Análise de políticas públicas: algumas reflexões conceituais e suas implicações para a situação brasileira. Cadernos de pesquisa, v. 18, p. 211-259, 1999. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Klaus-Frey/publication/267241518_ANALISE-DE-POLITICAS-PUBLICAS-ALGUMAS-REFLEXOES-CONCEITUAIS-E-SUAS-IMPLICACOES-PARA-A-SITUACAO-BRASILEIRA/links/544ea93f0cf29473161be6aa/ANALISE-DE-POLITICAS-PUBLICAS-ALGUMAS-REFLEXOES-CONCEITUAIS-E-SUAS-IMPLICACOES-PARA-A-SITUACAO-BRASILEIRA.pdf.

FEITOSA, Marivânia da Silva. Evasão escolar na educação profissional, científica e tecnológica: reflexões e possibilidades de enfrentamento. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica). Salgueiro: Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, Campus Salgueiro do Instituto Federal do Sertão Pernambucano, 2020. Disponível em: <https://releia.ifsertao-pe.edu.br/jspui/handle/123456789/629> Acesso 10 ago. 2024.

GIL, Antônio Carlos. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. 5a. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

JANNUZZI, Paulo de Martino. Monitoramento e avaliação de programas sociais: uma introdução aos conceitos e técnicas. Campinas, SP: Editora Alínea, 2016.

LOTTA, Gabriela Spanghero. Implementação de políticas públicas: o impacto dos fatores relacionais e organizacionais sobre a atuação dos burocratas de nível de rua no Programa Saúde da Família. 2010. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/T.8.2010.tde-20102010-120342> Acesso em: 10 out. 2023.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados.** 7. Ed. – 5. Reimpr. São Paulo: Atlas, 2011.

PALAVEZZINI, Juliana; ALVES, Jolinda de Moraes, Assistência estudantil nas universidades federais: O orçamento do programa nacional de assistência estudantil(PNAES) garante a permanência do estudante? In: III Congresso Internacional de Política Social e Serviço Social: desafios contemporâneos. IV Seminário Nacional de Território e Gestão de Políticas Sociais. III Congresso de Direito à Cidade e Justiça Ambiental. Gestão de Políticas Sociais, 2019, Londrina, PR. Artigo. Disponível em:
<https://www.congressoservicosocialuel.com.br/trabalhos2019/assets/4604-231334-35803-2019-04-04.pdf> Acesso em: 05 mar. 2023.

RUA, Maria das Graças. Políticas públicas – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração//UFSC;[Brasília]: CAPES: UAB, 2009. 130p.:il.disponível em:
https://cesad.ufs.br/ORBI/public/uploadCatalogo/10551017022012Politicas_Publicas_Aula_1.pdf Acesso em: 28 jul. 2022.

SECCHI, Leonardo; COELHO, Fernando de Souza; PIRES, Valdemir. Políticas Públicas: conceitos, casos práticos, questões de concurso. 3 ed. São Paulo: Cengage, 2022.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura, sociologia, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006. p.20-45. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/soc/a/6YsWyBWZSdFgfSqDVQhc4jm/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 27 jul. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. Pro-Reitoria Estudantil. Perfil socioeconômico e cultural dos(as) estudantes da UFAL. Maceió: EDUFAL, 2020. E-book (179 p.). (Coleção UFAL e políticas públicas de gestão em educação superior). ISBN 978-65-5624-001-5. Disponível em:
<http://www.repositorio.ufal.br/jspui/handle/riufal/6953> . Acesso em: 12 set. 2023.

UFAL. INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 03/2021/PROEST, DE 09 DE NOVEMBRO DE 2021. Assistência Estudantil na Ufal, 2023. Disponível em:
<<https://ufal.br/estudante/assistencia-estudantil/publicacoes/instrucoes-normativas/auxiliios-financeiros>> Acesso em: 25 set. 2023.

VAITSMAN; Jeni. RODRIGUES; W.S.; PAES-SOUZA; Rômulo. O Sistema de Avaliação e Monitoramento das Políticas e Programas Sociais: a experiência do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome do Brasil Policy Papers /17 Management of Social Transformations. Publicado em 2006 pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Disponível em:
https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000148514_por acesso em: 16 set. 2023.

Data de submissão: setembro de 2024

Data de aceite: janeiro de 2025